

DICAS

PÓLIS-ILDESSES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

Nº 85

1997

INOVAÇÕES EM FORMAS DE GESTÃO, MEIO AMBIEN- TE E INFRA- ESTRUTURA

Em quatro números especiais o DICAS apresentará, de forma panorâmica, as 100 experiências semifinalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania-1997. Estas experiências são um retrato do que de mais inovador tem sido realizado no Brasil nas diversas áreas da administração pública.

■ GESTÃO E PLANEJAMENTO

As experiências caracterizam-se pela gestão pública e privada, como no caso do “Parque Municipal Horto de Maruípe” (Vitória-ES), com a implantação e manutenção de unidades de conservação ambiental, envolvendo a comunidade usuária e contando com recursos da prefeitura e da Cia. Vale do Rio Doce. O parque tornou-se um espaço de lazer e convívio social, possibilitando também o desenvolvimento da consciência ecológica de seus usuários. No caso do

“Programa Sócio-Ambiental de Coleta Seletiva de Lixo”, de Embu-SP, os catadores de lixo da região foram organizados em uma cooperativa, e a troca de material reciclável por mudas de árvores integrou as demais parcelas da população. O programa envolve também vários setores produtivos, ONGs e associações civis. Já o “Programa Qualidade Ambiental – ISO 14.000” (Brasília-DF) promove e difunde a implantação de programas de qualidade ambiental, desenvolvendo metodologias e técnicas que incentivem uma postura pró-ativa das empresas públicas e privadas na incorporação da variável ambiental em suas atividades.

■ FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO

A descentralização da gestão utilizando recursos de informática é a principal característica do “Projeto de Modernização das Atividades Fazendárias do Estado do Espírito Santo”. O projeto garantiu agilidade no exercício das ações fiscais e no atendimento do contribuinte, além de incentivar setores da sociedade na adoção de projetos de cunho social, dando o exemplo ao inserir no mercado de trabalho a mão-de-obra de deficientes físicos.

■ PARTICIPAÇÃO POPULAR

O “Ônibus-Cidadão” (Brasília-DF) utiliza ônibus reformados e caminhões-palco para a prestação de serviços públicos, realização de cursos, palestras, atividades de cultura e lazer dirigidos à população das cidades satélites, para combater a exclusão social e facilitar a vida destes cidadãos. A administração regional de Candangolândia (DF) por sua vez, incentiva a participação popular em questões de interesse comunitário através do projeto “Nossa Quadra”, organizando eventos festivos, mutirões de limpeza, palestras temáticas, etc. O “Sistema Integrado de Atendimento aos Usuários de Transporte e Trânsito” (Belo Horizon-

te-MG) democratiza o acesso às informações e cria uma sistemática de atendimento ao usuário na qual a priorização das ações da Companhia de Transporte de Belo Horizonte é discutida e decidida de forma democrática pela comunidade. Um de seus diferenciadores é a figura do *ombudsman* para auxiliá-la.

O objetivo do “Projeto Agentes Multiplicadores”, do Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais (Bauru-SP), é capacitar pais e pacientes para atuarem em todo o país como multiplicadores na área de reabilitação.

■ SANEAMENTO

Em âmbito estadual, há o programa “ICMS Ecológico”, do governo de Minas Gerais, que aumenta a participação no ICMS dos municípios que implementam políticas de saneamento ambiental e preservação dos recursos naturais. O governo do Ceará, por sua vez, implantou um programa de “Saneamento Rural”, que ao longo da execução das obras capacita lideranças comunitárias e treina operadores do sistema indicados pela comunidade, além de fazer palestras para a educação sanitária e ambiental. Em São Paulo, a Companhia de Saneamento Básico (SABESP) fortaleceu o planejamento estratégico empresarial adotando um “Modelo de Gestão Participativa” e implantando um sistema de gestão regional, constituído por uma assembleia de prefeitos e respectiva comissão de gestão regional por unidade de negócio, permitindo à empresa superar o déficit e apresentar lucros. No plano municipal, apesar da escassez de recursos, houve importantes iniciativas. Niterói-RJ criou o “Vida Nova no Morro”, um projeto de urbanização que transforma favelas em bairros populares dotados de infra-estrutura urbana. A comunidade participa na tomada de decisões em todas as etapas do trabalho. Já a “Micro-Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários”, em São João Nepomuceno-MG, trata o esgoto por um processo biológico natural, sem utilizar produtos químicos, requerendo pequena área para sua implantação não necessita de mão-de-obra especializada, barateando assim seu custo. Finalmente, Araraquara-SP implementou um “Programa de

Controle e Diminuição de Perdas de Água Tratada”, subdividindo a rede, adquirindo equipamentos de telemetria e macromedidores, além de aumentar a capacidade gerencial da organização através de uma assessoria da UNESP.

O governo de Brasília-DF criou um “Programa para o Uso do Lodo de Esgoto na Recuperação de Áreas Degradadas”, economizando nos custos de tratamento e higienização da matéria orgânica, trazendo benefícios diretos na preservação do solo agriculturável e na qualidade dos recursos hídricos

■ RECURSOS HÍDRICOS

O “Consórcio Intermunicipal de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lajeado”, no Estado de São Paulo, visa o manejo integrado desta bacia, empreendendo a recuperação da mata ciliar, o combate à erosão e ao uso inadequado do solo, a promoção do controle sanitário, o aumento da vazão do rio principal, a promoção da diversidade agrícola e o estímulo à arborização urbana.

■ ECOSISTEMAS E REFLORESTAMENTO

Esta sub-área apresenta projetos bem diversos, como “Mutirão Reflorestamento”, da prefeitura do Rio de Janeiro-RJ, que refloresta as encostas de risco utilizando a mão-de-obra das comunidades carentes diretamente afetadas, em regime de mutirão remunerado. O “Programa de Orientação e Educação Ambiental para a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo”, em Itajaí-SC, produz materiais didáticos diversos a respeito da necessidade de preservação da região, voltados para escolas, pescadores artesanais e industriais, mergulhadores e turistas. Em Campo Mourão-PR, o “Centro de Monitoramento da Bacia do Rio do Campo” é pioneiro no país em termos de controle biológico em comunidades rurais, zelando pelo clima e a qualidade de água dos mananciais e combatendo as pragas e o uso de agrotóxicos. O “Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais”, do Distrito Federal, identifica quando e como devem ser pre-

venidos ou controlados os incêndios florestais, de maneira articulada, envolvendo órgãos da administração diretamente ligados ao problema.

■ TRANSPORTE E TRÂNSITO

O desenvolvimento de ações integradas para reduzir o número de acidentes em vias urbanas e rodovias, através de sub-programas caracteriza o “Programa Trânsito: Cidadania e Responsabilidade”, do governo do Mato Grosso do Sul. A principal característica do projeto “Carona Amiga” do Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Labiopalatais, de Bauru-SP, é o agrupamento de pacientes de um mesmo município para fins de tratamento no hospital, um dos poucos especializados no país. O projeto conta com a participação de inúmeras prefeituras municipais, que se comprometem a ceder o transporte, cabendo ao hospital agendar para um só dia os pacientes do mesmo município.

■ LIMPEZA PÚBLICA

Reciclagem é a palavra de ordem de duas experiências gaúchas. Porto Alegre-RS implantou 84 “Unidades de Reciclagem”, que recebem diariamente os resíduos separados pela população dos 127 bairros onde há coleta seletiva. Os recursos necessários foram obtidos através de parcerias, e as unidades são administradas por associações, beneficiando diretamente ex-catadores, papaleiros e a comunidade das áreas carentes, que são remunerados pelo trabalho de reciclagem. Na mesma cidade, o “Programa de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos Via Suinocultura” procura reduzir a quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários transformando-os em ração para porcos. Ao mesmo tempo em que incentiva a criação de associações de criadores de suínos, diminui o número de lixões espalhados pela cidade. Em Belo Horizonte-MG, a prefeitura desenvolveu um projeto de baixo custo e harmônico com a paisagem urbana da cidade, criando “Micropontos de Apoio à Varrição” (da dimensão aproximada de uma banca de revistas), com vaso sanitário, ducha, aquecedor de marmitas, filtro e armário para guar-

dar roupas e material de limpeza, oferecendo condições dignas de trabalho aos garis.

■ HABITAÇÃO

Esta área contou com apenas uma experiência municipal: a “Ação Integrada nos Bolsões de Pobreza Urbana”, de Ipatinga-MG, promove a participação de entidades comunitárias na produção de moradias populares através de mutirões. São desenvolvidas uma série de iniciativas paralelas de ordem pedagógica, social e cultural, além de geração de emprego e renda e qualificação da mão-de-obra. Já o “Vila Rural” é um programa do Estado do Paraná cujo objetivo é criar no próprio meio rural uma alternativa de habitação e subsistência para o bóia-fria e sua família, contribuindo para a diminuição do êxodo rural. Cada vila rural tem no máximo 200 casas, localizadas sempre próximas dos distritos rurais ou estradas vicinais, facilitando o acesso de seus moradores à escola, aos serviços de saúde e aos centros de abastecimento. Também no Paraná, o “Casa Feliz”, executado em parceria com os municípios – que participam com terreno e infraestrutura – viabiliza o acesso da população de baixa renda (de 1 a 3 salários mínimos) à moradia através do sistema de autogestão – o beneficiário compra o material de sua escolha, contrata mão-de-obra, faz modificações no projeto básico, tudo com orientação técnica da Companhia de Habitação do Paraná, a Cohapar. Os recursos são repassados diretamente ao beneficiário em quatro parcelas. No Piauí, o “Programa Intermunicipal de Construção em Regime de Mutirão” também está voltado para famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos, com prazo de construção de 90 dias, desenvolvendo programas de capacitação profissional, educação ambiental, reforço alimentar e ações preventivas de saúde.

■ ABASTECIMENTO

O projeto “Abastecer/Comboio do Trabalhador”, de Belo Horizonte-MG, atua como instrumento regulador de preços: funciona em lugares de fácil acesso, oferecendo produtos alimentícios de boa qualidade e baixo custo. Apóia e estimula o pequeno empresário, criando empregos diretos e indiretos.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os projetos selecionados e os que serão premiados pelo Programa Gestão Pública e Cidadania devem:

- 1- introduzir mudanças qualitativas ou quantitativas em relação a práticas anteriores;
- 2- ter impacto na melhoria da qualidade de vida do público-alvo;
- 3- oferecer a possibilidade de serem reproduzidos ou transferidos pa-
ra outras regiões e ad-

ministrações, sem deixar de considerar as especificidades locais;
4- ampliar ou consolidar o diálogo entre a sociedade civil e o poder público;
5- utilizar recursos e oportunidades de forma responsável, na perspectiva de um desenvolvimento auto-sustentável e ecologicamente equilibrado.

Do ponto de vista da eficiência será considerada a relação entre população atendida e recursos utilizados, buscando-se avaliar o custo relativo dos impactos obtidos.

Quanto à gestão dos programas será levada em conta a integração das ações internamente ao órgão público responsável (por

exemplo, a coordenação de trabalhos entre as várias secretarias de uma mesma prefeitura), da mesma forma que com outros órgãos ou com a sociedade civil, valorizando-se a parceria entre agentes.

O tempo de existência dos programas também será considerado, valorizando-se aqueles que estejam há mais tempo em atividade contínua.

Autor: Marco Antônio de Almeida - Revisão: Veronika Paulics
DISC DICAS: (011) 822-9076, Rua Joaquim Floriano, 462
CEP 04534-002 - São Paulo - SP - e-mail: polis@ax.apc.org